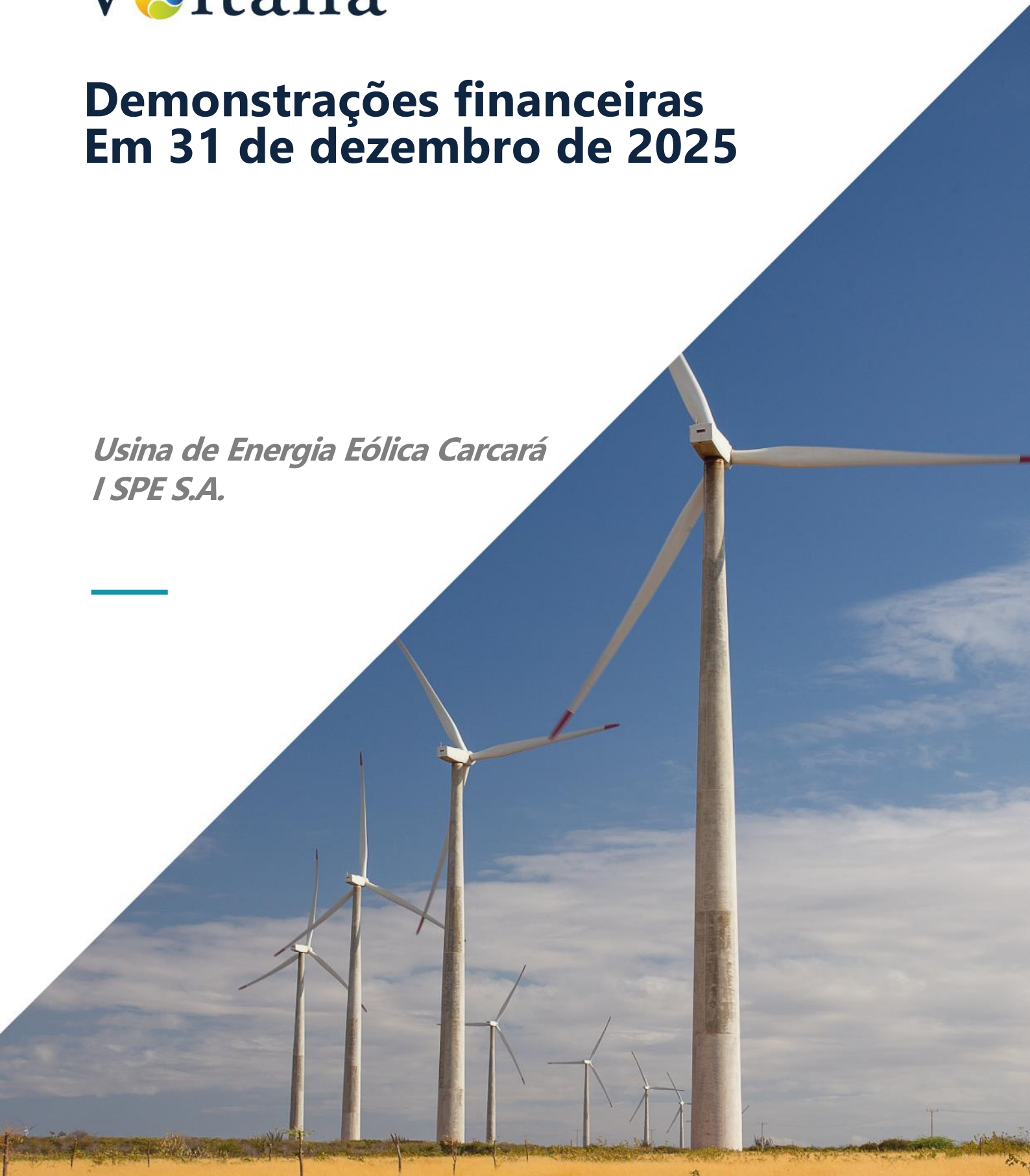


SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



Demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025

*Usina de Energia Eólica Carcará
I SPE S.A.*



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração dos resultados	6
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas	9
1 Informações gerais e base de preparação	9
1.1 Informações gerais	9
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	10
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	10
2 Principais informações financeiras	10
2.1 Resultado do exercício	10
2.2 Ativos e passivos financeiros	12
2.3 Ativos e passivos não-financeiros	17
2.4 Patrimônio líquido	19
3 Estimativas críticas e riscos	20
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	20
3.2 Gestão de riscos	21
4 Itens não reconhecidos	22
4.1 Contingências.....	22
5 Outras informações	23
5.1 Transações com partes relacionadas.....	23
5.2 Seguros.....	23
6 Políticas contábeis Materiais	24
6.1 Caixa e equivalentes de caixa	24
6.2 Imobilizado	24
6.3 Intangível	24
6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)	25
6.5 Empréstimos e financiamentos	26
6.6 Provisões	26
6.7 Tributação	26
6.8 Outros ativos e passivos.....	27
6.9 Reconhecimento de receita	28
6.10 Instrumentos financeiros.....	28
6.11 Passivo de arrendamentos	28
6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente.....	28
6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	29

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.
Areia Branca - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

Marcelo Nogueira de Andrade

7017104222064EF
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ 086312/O-6

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	4.395	5.393
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:		
Rendimentos títulos e valores mobiliários	2.1.3 (1.363)	(1.545)
Encargos financeiros	2.1.3 5.187	5.438
Depreciações e amortizações	2.1.2 3.788	3.800
Provisões de ressarcimentos contratuais	2.1.1 4.812	3.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.2.1 635	-
Provisões de penalidade - Em curso	2.2.7 2.021	-
Provisão para contingências	4.1 41	-
(Acréscimos) / decréscimos nos ativos operacionais		
Contas a receber	2.2.4 (3.822)	1.386
Outros ativos	5	324
Impostos a recuperar	13	-
Despesas antecipadas	363	(26)
Adiantamentos a fornecedores	(11)	108
Depósitos judiciais e cauções	(16)	(73)
Acréscimos / (decréscimos) nos passivos operacionais		
Fornecedores	131	(129)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(342)	(602)
Contas a pagar - Partes relacionadas	216	53
Recursos provenientes das atividades operacionais	16.053	17.233
Pagamentos de encargos financeiros	2.2.5 (3.605)	(3.593)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.072)	(1.278)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	11.376	12.362
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aplicações) resgates em títulos e valores mobiliários	2.2.3 (3.243)	4.723
(Aquisições) baixas de imobilizado	2.3.1 (76)	(306)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	(3.319)	4.417
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.5 (6.337)	(6.754)
Financiamentos com partes relacionadas - Mútuo	-	(9.733)
Pagamento de dividendos	(959)	(1.377)
Pagamentos do passivo de arrendamento	2.2.6 (406)	(392)
Aumento de capital social	-	306
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumido pelas atividades de financiamento	(7.702)	(17.950)
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	355	(1.171)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2 1.000	2.171
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	355	(1.171)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.2 1.355	1.000
Transações que não afetam o caixa		
Registro de direito de uso e passivo de arrendamento	2.3.1 86	113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.

Demonstração dos resultados



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional, líquida	2.1.1 (a)	20.385	20.896
Outras receitas operacionais, líquida	2.1.1 (b)	984	500
Custos operacionais	2.1.2	(11.533)	(11.171)
Resultado bruto		9.836	10.225
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(1.313)	(644)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		8.523	9.581
Despesas financeiras		(5.491)	(5.792)
Receitas financeiras		1.363	1.604
Resultado financeiro	2.1.3	(4.128)	(4.188)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		4.395	5.393
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(1.659)	(1.356)
Lucro líquido do exercício		2.736	4.037

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais



Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	1.355	1.000	Fornecedores		1.478	1.347
Contas a receber	2.2.4	4.213	2.976	Empréstimos e financiamentos	2.2.5	6.068	5.962
Impostos a recuperar		159	172	Obrigações fiscais e trabalhistas		1.090	847
Outros ativos		19	24	Dividendos - Partes relacionadas	5.1	650	959
Adiantamentos a fornecedores		19	8	Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	295	79
Despesas antecipadas		-	363	Passivo de arrendamentos	2.2.6	167	149
				Penalidades contratuais	2.2.7	2.021	-
Total do ativo circulante		5.765	4.543	Total do passivo circulante		11.769	9.343
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	14.403	9.797	Empréstimos e financiamentos	2.2.5	29.722	34.966
Contas a receber de longo prazo	2.2.4	-	2.862	Provisões para contingências	4.1	41	-
Depósitos judiciais e Cauções		239	223	Passivo de arrendamentos	2.2.6	2.770	2.853
Imobilizado	2.3.1	81.945	85.510	Outras Obrigações		1.518	1.388
Intangível	2.3.2	1.626	1.687				
Total do ativo não circulante		98.213	100.079	Total do passivo não circulante		34.051	39.207
				Total passivo		45.820	48.550
				Patrimônio líquido	2.4		
				Capital social		35.899	35.899
				Reserva de lucros		22.259	20.173
				Total do patrimônio líquido		58.158	56.072
Total do ativo		103.978	104.622	Total do passivo e patrimônio líquido		103.978	104.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais



	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.593	1.488	15.608	17.096	-	52.689
Aumento de capital social	306	-	-	-	-	306
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.037	4.037
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	202	-	202	(202)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(960)	(960)
Lucros retidos a deliberar	-	-	2.875	2.875	(2.875)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	35.899	1.690	18.483	20.173	-	56.072
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.736	2.736
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	137	-	137	(137)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(650)	(650)
Lucros retidos a deliberar	-	-	1.949	1.949	(1.949)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	35.899	1.827	20.432	22.259	-	58.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

1 Informações gerais e base de preparação

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações constituída em 24 de outubro de 2011, com sede administrativa e foro jurídico na Rodovia RN 404 s/nº KM 11,05, CEP 59655-000, na Zona Rural, Município de Areia Branca, estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado Carcará I.

Autorização do Parque Eólico Carcará I

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 205 de 5 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcara I, constituída de 10 Unidades Geradoras, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. De acordo com a portaria nº 205, de 5 de abril de 2012, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09 de abril de 2012 e o término em 09 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Companhia entrou em fase de teste em 31 de dezembro de 2014, conforme despacho ANEEL Nº 4.957 de 30 de dezembro de 2014. No dia 11 de março de 2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. Em 24 de março de 2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 739, de 23 de março de 2015.

A Companhia entrou em fase de teste em 21 de outubro de 2014, conforme despacho ANEEL Nº 4.194 de 21 de outubro de 2014. Em 24 de março de 2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 740, de 23 de março de 2015. No dia 03 de março de 2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Contrato de Comercialização de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original de R\$ 99,92/MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Capital circulante líquido negativo

A administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, mesmo que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se encontre com o capital circulante negativo no montante de R\$ 6.004 (R\$ 4.800 em 31 de dezembro 2024), tendo em vista que este saldo é impactado principalmente

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

pela rubrica de penalidades registrada no circulante e, em contrapartida, o contas a receber proveniente do contratos de venda de energia registrados no balanço consta apenas o valor a receber por competência e não do contrato como um todo no longo prazo. Logo, esse contrato gerará recursos suficientes para liquidar essas operações de curto prazo.

Sendo assim, estas Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício**2.1.1 Receita operacional, líquida****2.1.1(a) Receita com fornecimento de energia, líquida**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de fornecimento - CER	25.797	24.643
Ressarcimento – CCEE (*)	(4.812)	(3.106)
Certificado de Energia Renovável (IREC)	106	131
Tributos sobre receita	(706)	(772)
Total de receita operacional, líquida	<u>20.385</u>	<u>20.896</u>

(*) Atualização do cálculo do ressarcimento referente ao quadriênio

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.1(b) Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras receitas operacionais	1.680	519
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(635)	-
Tributos sobre receita	(61)	(19)
Outras receitas operacionais, líquida	984	500

Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido à indisponibilidade de geração no parque Carcará I, ou seja, geração abaixo do previsto no contrato.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>Custos</u>	<u>Despesas administrativas</u>	<u>Custos</u>	<u>Despesas administrativas</u>
Depreciações e amortizações	(3.788)	-	(3.798)	-
Serviços de operação & manutenção	(3.940)	-	(3.857)	-
Encargos setoriais	(2.186)	-	(2.154)	-
Certificados de energia e créditos de carbono - Parte relacionada	(22)	-	(35)	-
Serviços de operação & manutenção - Parte relacionada	(1.198)	-	(967)	-
Seguros	(363)	-	(361)	-
Aluguel	(12)	-	15	-
Energia comprada para revenda	(24)	-	(14)	-
Despesas administrativas gerais	-	(390)	-	(76)
Serviços de terceiros	-	(923)	-	(568)
	(11.533)	(1.313)	(11.171)	(644)

2.1.3 Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.363	1.545
Variação cambial ativa	-	4
Outras receitas financeiras	-	55
Total	1.363	1.604
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.804)	(4.171)
Juros sobre mútuos	-	(892)
Outras despesas financeiras	(304)	(354)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(255)	(258)
Ajuste a valor presente	(128)	(117)
Total	(5.491)	(5.792)
Total de resultado financeiro	(4.128)	(4.188)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de vendas	25.903	24.774
Ressarcimento - CCEE	(4.812)	(3.106)
Base ajustada	21.091	21.668
Presunção imposto de renda - 8% (a)	1.687	1.733
Presunção contribuição social - 12% (b)	2.531	2.600
Demais receitas e ganhos de capital (c)	3.039	2.123
Base de cálculo - IRPJ (a)+(c)	4.726	3.856
Imposto de renda:15%	709	578
Adicional de Imposto de Renda: 10%	449	352
Total IRPJ	1.158	930
Base de cálculo - CSLL (b)+(c)	5.570	4.723
Contribuição social: 9%	501	426
Total de CSLL	501	426
Total IRPJ e CSLL	1.659	1.356

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	1.355	1.000
Contas a receber de clientes	4.213	5.838
Títulos e valores mobiliários	14.403	9.797
Total de ativos financeiros	19.971	16.635
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	(1.478)	(1.347)
Empréstimos e financiamentos	(35.790)	(40.928)
Passivo de arrendamento	(2.937)	(3.002)
Penalidades contratuais	(2.021)	-
Mútuos, contas a pagar e dividendos - partes relacionadas	(295)	(1.038)
Total de passivos financeiros	(42.521)	(46.315)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	(22.550)	(29.680)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	47	6
Aplicações financeiras	1.308	994
	<u>1.355</u>	<u>1.000</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade é de 96,5% - Certificado de Depósito Interbancário e está mantido junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Fitch Ratings.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reserva SPE (1)	6.557	3.904
Centralizadora (3)	4.440	2.462
Serviço da dívida - empréstimo BNDES (2)	2.411	2.474
Serviços de manutenção - O&M	995	957
Total	<u>14.403</u>	<u>9.797</u>

A seguir, descrição das principais contas:

- (1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.
- (2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2015 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e de O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.
- (3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos e financiamentos (Nota 2.2.5).

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 99,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

2.2.4 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Receita Fixa*	2.320	2.128
Clientes diversos**	2.528	848
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(635)	-
Total	4.213	2.976
Ativo não circulante		
Ressarcimento**	-	2.862
Total	-	2.862
Total contas a receber	4.213	5.838

(*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a declaração de apta recebida pela ANEEL em 30 de junho de 2015.

(**) Referente à provisão de receita variável relativa ao 2º quadriênio, vigência Julho de 2022 a Junho de 2026. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo passa a ser apresentado na nota 2.2.7 Penalidades contratuais.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto do montante a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no valor de R\$ 4.213 (R\$ 5.838 em 31 de dezembro de 2024) referente à receita fixa de geração de energia eólica no mês de dezembro, após a autorização de fornecimento em junho de 2015, mais provisão para ressarcimento. O prazo médio de recebimento dos valores relativo às vendas de energia é de 45 dias da data do faturamento. Maiores detalhes do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) estão detalhados na Nota 1.

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento do BNDES (Nota 2.2.5).

2.2.5 Empréstimos e financiamentos

2.2.5(a) Composição de saldo

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos					
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	12/05/2014 - 15/01/2031	35.790	40.928
				35.790	40.928
Total circulante				6.068	5.962
Total não circulante				29.722	34.966

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A taxa efetiva do financiamento em 31 de dezembro de 2025 é de 8,70% (8,94% para 31 de dezembro de 2024).

2.2.5(b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos, nos exercícios

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	40.928	47.104
Juros incorridos	4.804	4.171
Juros pagos	(3.605)	(3.593)
Amortização de principal	(6.337)	(6.754)
Saldo final	35.790	40.928

2.2.5(c) Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") deve ser igual ou superior a 1,3, sendo calculado ao término do exercício social da Companhia. O referido cálculo é realizado conforme abaixo:

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida]

Em 31 de dezembro de 2025, o índice calculado foi de 1,81 (2,19 em 31 de dezembro de 2024):

	2025	2024
Caixas e aplicações financeiras totais do ano anterior	10.797	15.146
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(2.474)	(2.609)
(-) Conta reserva O&M	(957)	(930)
(A) Caixa inicial da atividade	7.366	11.607
Ajustes no EBITDA		
Lucro no período de 12 meses findo em 31 de dezembro	2.736	4.037
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	1.659	1.356
(-ou+) Resultado de itens não recorrentes	-	-
(+/-) Resultado financeiro	4.128	4.188
(+) Depreciação e amortização	3.788	3.798
EBITDA ajustado	12.311	13.379
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social no período de 12 meses, líquidos de diferimento	(1.238)	(1.581)
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte ao ano de referência	(650)	(959)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	10.423	10.839
(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	9.848	10.249
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	1,81	2,19

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.5(d) Garantias

São garantias do contrato do BNDES: o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (10 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.6 Passivo de arrendamento

A Companhia possui operações de arrendamento fundiários onde está localizado o parque eólico, bem como arrendamento de equipamentos.

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	132	-	(134)	-	151	149
Passivo Não Circulante	2.891	258	(258)	113	(151)	2.853
Total no Passivo	3.023	258	(392)	113	-	3.002

Passivo de arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	149	-	(151)	-	169	167
Passivo Não Circulante	2.853	255	(255)	86	(169)	2.770
Total no Passivo	3.002	255	(406)	86	-	2.937

2.2.7 Penalidades contratuais

O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração será ressarcida em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio, valorada ao preço de venda vigente.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração será ressarcida em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorada ao preço de venda vigente.

No segundo semestre de 2025, as restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na região Nordeste do Brasil aumentaram significativamente em comparação com o mesmo período de 2024, processo este chamado de curtailment, o qual pode ser atribuído a uma combinação de fatores estruturais e conjunturais.

Em 24 de novembro de 2025 foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN),

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registra um valor de R\$ 2.021 referente à provisão para penalidades contratuais, referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2024 a junho de 2027 (3º quadriênio contratual). Os montantes registrados estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
Saldo inicial	-
Atualização financeira	-
Pagamentos penalidades	-
Ressarcimento - em curso	2.021
Saldo final	<u>2.021</u>
Passivo circulante	2.021
Passivo não circulante	-

2.3 Ativos e passivos não-financeiros

2.3.1 Imobilizado

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	Custo Histórico	Valor Líquido	Custo Histórico	Valor Líquido
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	134.604	79.064	134.292	82.508
Total do imobilizado em operação	134.604	79.064	134.292	82.508
Bens em operação				
Materiais sobressalentes	1.761	171	1.685	102
Instalações	42	3	43	9
Moveis e utensílios	42	3	40	2
Máquinas e equipamentos	402	206	407	256
Terreno - Direito de uso	3.529	2.498	3.440	2.632
Veículo - Direito de uso	55	-	56	1
Total dos bens em operação	5.831	2.881	5.671	3.002
Total do imobilizado	140.435	81.945	139.963	85.510

Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos de produção. Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.5) estão garantidos por 10 turbinas de geração de energia.

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1(a) Movimentações

A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2044, conforme contratos fundiários.

Movimentação em 2025:

	Valor líquido em 31/12/2024	Atualização contratual	Adições (baixas)	Desmobilização	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação						
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	82.508	-	6	-	(3.450)	79.064
Total do imobilizado em operação	82.508	-	6	-	(3.450)	79.064
Bens em operação						
Materiais sobressalentes	102	-	76	-	(7)	171
Instalações	9	-	(1)	-	(5)	3
Moveis e utensílios	2	-	2	-	(1)	3
Máquinas e equipamentos	256	-	(8)	-	(42)	206
Terreno - Direito de uso	2.632	86	2	-	(222)	2.498
Veículo - Direito de uso	1	-	(1)	-	-	-
Total dos bens em operação	3.002	86	70	-	(277)	2.881
Total do imobilizado	85.510	86	76	-	(3.727)	81.945

Movimentação em 2024:

	Valor líquido em 31/12/2023	Atualização contratual	Adições (baixas)	Desmobilização	Depreciação (*)	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação						
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	85.624	-	306	-	(3.422)	82.508
Total do imobilizado em operação	85.624	-	306	-	(3.422)	82.508
Bens em operação						
Materiais sobressalentes	108	-	-	-	(6)	102
Instalações	13	-	-	-	(4)	9
Moveis e utensílios	3	-	-	-	(1)	2
Máquinas e equipamentos	293	-	3	-	(40)	256
Terreno - Direito de uso	2.734	113	-	-	(215)	2.632
Veículo - Direito de uso	1	-	-	-	-	1
Total dos bens em operação	3.152	113	3	-	(266)	3.002
Total do imobilizado	88.776	113	309	-	(3.688)	85.510

(*) A variação da depreciação de 2024 para 2023 é decorrente da revisão útil do útil do grupo conforme práticas contábeis mencionadas na NE 6.2

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Areia Branca.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Gastos desenvolvimento	2.917	1.623	2.917	1.684
Software	17	3	17	3
Total do intangível em operação	2.934	1.626	2.934	1.687
Total	2.934	1.626	2.934	1.687

Movimentação em 2025 e 2024:

	31/12/2023		31/12/2024		Valor líquido em 31/12/2025
	Valor líquido em	Amortização	Valor líquido em	Amortização	
Intangível em operação					
Gastos desenvolvimento	1.796	(112)	1.684	(61)	1.623
Software	3	-	3	-	3
Total do intangível em operação	1.799	(112)	1.687	(61)	1.626
Total	1.799	(112)	1.687	(61)	1.626

2.4 Patrimônio líquido**2.4.1 Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$ 35.899 (R\$ 35.899 em 2024), composto por ações sem valor nominal, com preço de R\$ 1,00 (um real) cada, integralmente detidas pela Voltalia Areia Branca II Participações S.A.

2.4.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

Através da Assembleia geral Ordinária de 13 de outubro de 2025, a Companhia deliberou dividendos no montante de R\$ 959.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de reserva de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

A Companhia apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025, que foi destinado da seguinte forma:

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido apurado no exercício	2.736	4.037
Constituição da reserva legal - 5%	(137)	(202)
	2.599	3.835
Destinação do Lucro:	2.599	3.835
Dividendos mínimos obrigatórios	650	960
Lucros retidos a deliberar	1.949	2.875

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.2.2 Riscos de mercado

3.2.2(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

O financiamento adquirido junto ao BNDES possui taxas variáveis e expõe a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos adquiridos junto as empresas do grupo possuem taxas fixas.

3.2.3 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CER”).

Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

3.2.4 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	1.478	-	-	-	1.478
Empréstimos e financiamentos	6.068	6.068	18.204	5.450	35.790
Dividendos - Partes relacionadas	650	-	-	-	650
Contas a pagar - Partes relacionadas	295	-	-	-	295
Passivos de Arrendamentos	167	167	501	2.102	2.937
Penalidades contratuais	2.021	-	-	-	2.021
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	1.347	-	-	-	1.347
Empréstimos e financiamentos	5.962	5.828	17.483	11.655	40.928
Dividendos - Partes relacionadas	959	-	-	-	959
Contas a pagar - Partes relacionadas	79	-	-	-	79
Passivos de Arrendamentos	149	162	578	2.113	3.002

4 Itens não reconhecidos

4.1 Contingências

A Empresa é parte em ações judiciais e arbitrais perante tribunais e câmaras de arbitragem, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável, que em 31 de dezembro de 2025 eram no montante de R\$ 41 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

Além disso, a Empresa também possui processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível, para os quais não há constituição de provisão, mas que são divulgados para fins de transparência, conforme apresentado a seguir:

- **Trabalhistas:** compreendem, majoritariamente, reclamações trabalhistas relacionadas à responsabilidade subsidiária da Empresa por obrigações de prestadores de serviços terceirizados. Tais processos encontram-se, em sua maioria, em fase recursal, e, de forma consolidada, representam montante aproximado de R\$ 200.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

5.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Votalia, como segue:

5.1.1 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2025						
	Ativo Contas a receber	Passivo mútuo	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Venda de I-REC)	Resultado (Encargos s/ mútuos)	Resultado (Serviços/Gastos administrativos)
Circulante							
Votalia Energia do Brasil Ltda	-	-	134	-	-	-	(995)
Votalia Serviços do Brasil Ltda	-	-	139	-	-	-	(203)
Votalia do Brasil COMERC Energia Ltda	-	-	22	-	-	-	-
Votalia Areia Branca II Participações S.A.	-	-	-	650	-	-	-
Total circulante	-	-	295	650	-	-	(1.198)
Total	-	-	295	650	-	-	(1.198)

5.1.2 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024						
	Ativo Contas a receber	Passivo mútuo	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Venda de I-REC)	Resultado (Encargos s/ mútuos)	Resultado (Serviços/Gastos administrativos)
Circulante							
Votalia Energia do Brasil Ltda	-	-	43	-	-	-	(772)
Votalia Serviços do Brasil Ltda	-	-	36	-	-	-	(195)
Votalia Areia Branca II Participações S.A.	-	-	-	959	-	(892)	-
Total circulante	-	-	79	959	-	(892)	(967)
Total	-	-	79	959	-	(892)	(967)

5.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA A USINA DE ENERGIA EOLICA CARCARÁ I SPE SA			
	RAMO	VIGÊNCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
CARCARA I	RESPONSABILIDADE CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026 - AXA SEGUROS	R\$ 10.000
CARCARA I	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2024 A 13/12/2025 - SWISS RE SEGURADORA	R\$ 203.830
CARCARA I	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2025 A 13/12/2027 - SWISS RE SEGURADORA	R\$ 205.198

6 Políticas contábeis Materiais

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.

Máquinas - 10 anos.

Veículos - 5 anos.

Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.

Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.

Instalações - 10 anos.

Turbinas Eólicas – 32 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível

6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação**6.7.1 Tributos sobre a receita operacional**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social (“PIS”), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços (“ISS”), alíquota de 5%.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

6.7.2 Tributos sobre o lucro**Impostos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 5,6% e 8,84%, respectivamente, ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190*



www.voltalia.com     